

# GOLPES MILITARES E GOLPES LITERÁRIOS

## A LITERATURA DO GOLPE DE 25 DE ABRIL DE 1974

### EM CONTEXTO HISTÓRICO

Douglas L. Wheeler

Departamento de História, Universidade de New Hampshire, EUA

«[O Exército Português] é o mais poderoso elemento de garantia da Soberania Nacional, da Paz interna e do Respeito externo» ([o jovem tenente] Jorge Botelho Moniz, in *18 de Abril*, Lisboa, 1925, p. 33).

«[O Exército Português] é o último quadrado que nas crises mais graves defende o destino e a consciência da Nação» (o presidente do Conselho António de Oliveira Salazar, em discurso aos dirigentes das Forças Armadas, 28 de Maio de 1962, Lisboa. Discurso intitulado «A unidade das Forças Armadas e a Consciência Nacional»).

O interesse na literatura sobre os acontecimentos e ideias que conduziram ao golpe de 25 de Abril de 1974 tem sido de certa forma ofuscado pelo interesse e comentários acerca da Revolução de 1974-75 que se lhe seguiu. A literatura sobre a revolução portuguesa é muito mais extensa, tinha um público mais alargado e provocou análises de mais escritores portugueses e estrangeiros do que a literatura que tentava explicar os antecedentes do golpe de 25 de Abril de 1974. Este artigo tentará colocar em perspectiva histórica certos aspectos da considerável literatura sobre o golpe.

Em primeiro lugar, o golpe e a sua literatura devem ser comparados em termos gerais com os golpes e respectivas literaturas dos outros grandes pontos de viragem no século XIX; devem ser comparados com os acontecimentos e a literatura do 5 de Outubro de 1910 e do 28 de Maio de 1926. Na medida em que fornecem amplo material aos historiadores para que procedam a uma detalhada e precisa reconstrução dos acontecimentos, é indiscutível que as fontes impres-

sas, ou qualquer outro tipo de fontes, acerca do 25 de Abril de 1974 são de longe superiores em quantidade e qualidade às fontes sobre os golpes de 1910 e 1926. Contudo, entre estes dois outros golpes historicamente bem sucedidos existe uma diferença: o material impresso acerca do 5 de Outubro de 1910 é inferior<sup>1</sup>, em vários aspectos, ao do golpe seguinte<sup>2</sup>, o 28 de Maio de 1926, o acontecimento que levou ao estabelecimento durante 48 anos do Estado Novo. Na memorialística e em colectâneas ou antologias, e na literatura de análise histórica, a literatura de 1926 é superior, embora não se possa comparar com as fontes impressas e não impressas relativas a 1974. E sobre a possibilidade de os historiadores entrevistarem participantes-sobreviventes do 25 de Abril de 1974 e do 28 de Maio de 1926, é óbvio que encontrarão vivos muitos mais participantes-sobreviventes do 25 de Abril do que do 28 de Maio.

Há outras vantagens para a reconstrução histórica. Para além de potenciais entrevistados e de trabalhos publicados, existem gravações de transmissões de rádio, discos e gravações televisivas dos noticiários de 25 de Abril de 1974, bem como toda a iconografia do dia, preservada em artesanato, em museus e exposições, ou mesmo em bibliotecas. Finalmente, os historiadores beneficiam da existência de um arquivo-colecção acerca do assunto 25 de Abril de 1974 e seus desenvolvimentos na Universidade de Coimbra.

Mas se existe mais do que material suficiente à disposição dos historiadores, parece ter havido pouco trabalho de análise aprofundada, ou com uma aconselhável perspectiva temporal, sobre os principais livros do 25 de Abril, incluindo as obras fundamentais do general Spínola, do dr. Marcello Caetano, do major Otelo Saraiva de Carvalho e de outros membros da direcção do MFA. É, portanto, objectivo deste artigo, para além da elaboração de uma tipologia da literatura, proceder a uma análise em perspectiva histórica destas obras principais.

Antes de analisar estas fontes, é importante lembrar que, de entre os golpes bem sucedidos que provocaram mudanças de regime neste século, existem paralelos significativos entre os golpes de 1926 e de 1974. Algumas destas semelhanças são aqui resumidas:

#### 28 de Maio de 1926.

Baixas: 1 ou 2 suicídios. Principal queixa profissional: lei dos milicianos de 1921. Líder nominal: herói de guerra e oficial superior do Exército: general Gomes da Costa. Opinião pública preparada por livros críticos do anterior regime: *18 de Abril* (1925). Após um curto período, o general que encabeçara o novo governo é demitido ou demite-se: o general Gomes da Costa é demitido em Julho de 1926. Nível de secretismo da conspiração militar para o golpe:

baixa, desde semanas antes que a imprensa sabia de movimentações militares<sup>3</sup>. Golpe mais sério falhado anteriormente: 18 de Abril de 1925.

25 de Abril de 1974.

Baixas: 5-6 mortos, alguns feridos junto ao quartel-general da DGS, Lisboa. Entre as grandes queixas profissionais, o decreto-lei de Julho de 1973 acerca da qualificação de milicianos para quadro permanente. Líder nominal (a quem foi dada, mais tarde, a direcção da Junta de Salvação Nacional): herói de guerra e oficial superior do Exército, general Spínola. Opinião pública preparada pelo livro do general Spínola *Portugal e o Futuro* (1974). O general Spínola demite-se do cargo de presidente do I Governo Provisório, Setembro de 1974. Nível de secretismo da conspiração: médio (mais do que em 28 de Maio de 1926), mas menos do que anteriormente pretendido, devido à dimensão em constante expansão do Movimento dos Capitães, e ao facto de bastantes civis estarem ao corrente que se planeava um golpe. Golpe mais sério falhado anteriormente: 16 de Março de 1974, Caldas da Rainha.

Algumas das questões mais interessantes que perduram e que os historiadores ainda deverão responder acerca do 25 de Abril de 1974 são: quão secreta era a «ideia geral» de que o Exército estava a planear um golpe, e quão secreto era o plano de conspiração específico; e porque é que os dirigentes de topo se mostraram incapazes ou indisponíveis para agir prontamente contra os conspiradores militares. Uma entrevista do dr. Mário Soares depois de 1974 sugere que pelo menos alguns civis, incluindo dirigentes oposicionistas, saberiam alguma coisa da conspiração<sup>4</sup>. Parece igualmente estranho que quando a DGS se infiltrara em parte do Movimento dos Capitães e do emergente MFA, o ministro da Defesa Silva Cunha tenha argumentado que uma falta de informação acerca de possíveis desenvolvimentos tenha sido de capital importância na ausência de tomadas de medidas decisivas<sup>5</sup>.

### 1. *Uma tipologia da literatura do golpe do 25 de Abril de 1974.*

Existem pelo menos oito tipos ou categorias distintos de literatura impressa. Alguns deles sobrepõem-se em intenções e conteúdos e não incluem informação histórica de fontes não impressas, como gravações de rádio e televisão, filmes, discos e objectos vários que documentam a história dos acontecimentos e os antecedentes do golpe.

1 Memórias de participantes militares, incluindo «capitães» e membros do MFA ou seus aderentes, bem como de civis que apoiaram o golpe em 25 de Abril de 1974 e depois. Diários de participantes nos acontecimentos desse dia (e memórias) de qualquer dos lados (incluindo apoiantes do Estado Novo)<sup>6</sup>.

2 Manifestos ou programas e planos políticos produzidos nos meses e semanas antes de 25 de Abril de 1974, sendo o exemplo mais notável o extraordinário pronunciamento pessoal e grande sucesso de vendas *Portugal e o Futuro* do general António de Spínola, publicado em 22 de Fevereiro de 1974<sup>7</sup>.

3 Biografias de membros do MFA, «capitães», membros da oposição e outros, com informação acerca dos antecedentes do golpe de 25 de Abril de 1974<sup>8</sup>.

4 Vários livros de jornalistas acerca do acontecimento e história contemporânea dos acontecimentos, incluindo sínteses sobre as raízes do golpe, reportagens de vários meios de comunicação, artigos de jornalistas, entrevistas a participantes do MFA em jornais diários e semanários, entre 1974 e 1976<sup>9</sup>.

5 Colecções (editadas ou não) de documentos, compêndios ou antologias de material explicativo da história do golpe, incluindo ensaios, declarações, contos, poesia, entrevistas, documentos oficiais do MFA e do Movimento dos «Capitães»<sup>10</sup>.

6 Análises académicas da autoria de historiadores, cientistas políticos, sociólogos, etc., portugueses e estrangeiros, ensaios, artigos, livros, incluindo artigos em revistas científicas, sobre os acontecimentos e seus antecedentes<sup>11</sup>.

7 Análises críticas pessoais de antigos membros do MFA após os factos, ou por funcionários do deposto Estado Novo. Escritos deliberadamente em «resposta» aos acontecimentos<sup>12</sup>.

8 Análises em teses universitárias de mestrado e doutoramento em instituições portuguesas e estrangeiras<sup>13</sup>.

Nesta tipologia a maior quantidade de fontes impressas parece pertencer à categoria ou tipo 1 (memórias, diários de participantes, de qualquer que fosse o lado), 4 (artigos e livros de jornalistas acerca dos acontecimentos, após os factos) e 6 (análises académicas de vários tipos). Não será uma coincidência que num país sem uma forte tradição biográfica, apenas uma mão-cheia de livros de biografias faça parte desta vasta literatura.

2. *Os livros clássicos centrais escolhidos da literatura em contexto histórico: Spínola, Caetano e Otel.*

A importância do sucesso de vendas de *Portugal e o Futuro* (Lisboa, 1974), publicado em ou à volta de 22 de Fevereiro de 1974, dificilmente pode ser exagerada como um factor que preparou o terreno para um golpe bem sucedido e sem derramamento de sangue. A sua relevância, no entanto, é discutida entre membros do MFA e participantes do golpe, e um conhecimento detalhado do seu conteúdo parecia ser limitado; os seus vários temas e principais teses eram também selectivamente recordados, tanto entre a população e os membros do MFA como entre os observadores estrangeiros<sup>14</sup>.

O significado político do livro que vendeu um número de exemplares sem precedentes em Portugal e no império africano e que recebeu uma cobertura intensa por parte dos meios de comunicação não passou certamente despercebido ao presidente do Conselho Marcelo Caetano. Como Caetano recordava<sup>15</sup>, «Ao fechar o livro, percebi que o golpe de estado militar, cuja progressão presentia havia meses, era agora inevitável». Caetano descreve este golpe literário não como uma «tese» mas como um «manifesto». Este era, de facto, um singular pronunciamento verbal, uma proclamação, para inspirar os corpos de oficiais das Forças Armadas, incluindo os «capitães», a mobilizarem-se, e a população a agir em apoio das suas ideias para a resolução do problema ultramarino. A maior parte da informação relativa às guerras de África havia já sido prefigurada nas ideias de Spínola em entrevistas, livros, cartas trocadas com Caetano e outros, em Lisboa, desde há quase quatro anos<sup>16</sup>.

Para além da reacção das Forças Armadas, a resposta pública à enigmática publicação de Spínola foi maciça e imediata. É normalmente esquecido que as receitas de Spínola para a cura do corpo político português e para o confronto com o problema ultramarino eram tão revolucionárias e controversas nas suas implicações internas, como nas suas dimensões ultramarinas. Insatisfeito com os crescentes problemas internos nacionais numa economia presa pela inflação, com a crise do petróleo iniciada em Outubro de 1973, uma moeda enfraquecida e o galopante e múltiplo custo das guerras africanas, um público desperto em especial nas cidades e nas vilas, e muito significativamente na área de Lisboa, encontrou em *Portugal e o Futuro* «a resposta»; a antecipação era neo-sebastianista. Um anúncio do *Expresso* ao livro de Spínola descrevia-o como «O Livro Esperado»<sup>17</sup>. A celebridade de Spínola, o seu alto cargo militar e a sua reputação de heroísmo, e agora as suas ideias de mudança, poderiam produzir, desejavam muitos, necessárias novidades políticas.

Se os comentários negativos nas memórias de Saraiva de Carvalho são uma

indicação fiável, o livro do general Spínola não foi recebido com o mesmo entusiasmo entre a direcção do Movimento dos Capitães. É significativo que o autor de *Alvorada em Abril*, o grande cérebro das operações do golpe e um «actor» central no Movimento, tivesse tão pouco a dizer sobre o livro de Spínola. É abordado numa secção de apenas umas quatro páginas e meia<sup>18</sup> e o seu conteúdo é quase totalmente ignorado; e no pouco que tem a dizer é bastante crítico. Saraiva de Carvalho considerava que o livro continha teses que iriam «provocar uma definição de posições no xadrez da política nacional»<sup>19</sup>.

O regime «autorizaria» a publicação do livro? Saraiva de Carvalho dizia que se o sistema de censura de Lisboa recusasse autorização para o publicar em Portugal, haviam sido feitas diligências para que uma cópia dactilografada já em França fosse preparada para publicação em Paris. Antes de ser publicado em Portugal, os dois antigos colegas da Guiné discutiram «o livro» em reuniões em Lisboa e Saraiva de Carvalho acreditava que o controverso texto ganharia militares para o lado do Movimento dos Capitães, incluindo os que hesitavam e sentiam que era ainda «tabu»<sup>20</sup> discutir as guerras africanas em tal conspiração.

Saraiva de Carvalho criticava *Portugal e o Futuro* por poder vir a causar «uma autêntica inversão de valores»<sup>21</sup>. O livro de Spínola ameaçava os objectivos do Movimento dos Capitães. Ao mesmo tempo que Saraiva de Carvalho negava haver algo de «pessoal» no seu duro julgamento do impacte do livro na população e no progresso do Movimento, considerava impossível descobrir uma linha divisória entre as opiniões pessoais do autor de *Portugal e o Futuro* e os conflitos políticos. Há uma passagem reveladora que valerá a pena reproduzir aqui: «Por outro lado (e era isto o que mais temia), [o livro] iria provocar, perante a opinião pública nacional e internacional e as diversas correntes do pensamento político, uma autêntica inversão de valores. O caminho lento mas seguro percorrido pelo Movimento dos Capitães iria conduzir, sem sombra de dúvida, à conquista do objectivo pretendido: o derrube de um Governo ditatorial de direita que o Povo não suportava. Mas para alcançar tal desiderato o Movimento precisava ainda de percorrer várias etapas. A meta estava colocada [do Movimento] por certo, muito para lá da publicação a curto prazo de *Portugal e o Futuro*.

«Porém, houvesse o que houvesse, ninguém mais tarde deixaria de considerar ter sido Spínola o verdadeiro cérebro e mentor do Movimento e a sua obra recente [o livro] o farol de luz vivíssima que alumiará os jovens oficiais e os guiara a bom porto, quando o que realmente acontecia era precisamente o contrário: o Movimento caminhava seguro e firme, sem precisar e sem recorrer ao conselho político do general em qualquer definição do seu ideário. E era Spínola, de facto, quem necessitava da força e impulso do Movimento para vir a alcançar, no futuro próximo, aquilo por que ansiava.

«Não era por um mesquinho sentimento de ciúme ou despeito que eu assim pensava. Mas apenas por saber, conhecendo suficientemente o general, que o futuro nos iria proporcionar graves confrontos com ele, nos quais a falsa imagem do enfeudamento e da gratidão devida pelo Movimento a Spínola nos poderia vir a ser prejudicial»<sup>22</sup>.

O que quer que fosse que os Capitães sentissem em relação ao livro de Spínola e quaisquer que tenham sido as hábeis manobras com vista à sua publicação, o acto da publicação, o seu impacte em Caetano e no seu círculo imediato, e a maciça resposta de entusiasmo do público contribuíram ao mesmo tempo para um golpe literário e para a essencial preparação da opinião da classe média na capital do país e nas principais cidades para que fosse possível, mais tarde, um golpe militar sem derramamento de sangue.

O que é muitas vezes negligenciado, contudo, é uma exacta leitura em perspectiva histórica das principais teses do livro. As ideias apresentadas não são todas novas; de facto, muitas podem ser já encontradas quatro anos antes nas cartas escritas da Guiné para o presidente do Conselho Marcelo Caetano<sup>23</sup>, nos seus planos e acções enquanto governador e comandante-chefe da Guiné (1968-73), em livros anteriores, e até numa versão anterior deste livro, que parece ter estado pronta quase dois anos antes de *Portugal e o Futuro* ser publicado no fim de Fevereiro de 1974.

A resposta do público e dos meios de comunicação social concentrou-se na tese ultramarina segundo a qual as guerras de África não podiam ser ganhas militarmente, que Portugal não possuía os meios, e que uma terceira via deveria ser encontrada, em vez da retirada de África ou do combate desesperado por tempo indefinido. Igualmente importante, porém, era o conjunto de argumentos tradicionalistas, patrióticos, nacionalistas, que Spínola usava para reforçar as suas teses acerca da crise africana. Fazendo insinuações acerca da ameaça espanhola, Spínola dizia que era a sobrevivência de Portugal como nação que estava em risco. Numa declaração que atacava directamente a abordagem que Caetano fazia da discussão da política africana, o general declarava: «A própria sobrevivência nacional estará em perigo, se persistirmos no conceito de que é a opinião mundial que está errada, e que todos os nossos problemas são apenas resultado da ganância ou falta de visão dos outros»<sup>24</sup>.

O autor prosseguia alegando que Portugal atingira uma extraordinária encruzilhada na sua história, onde existia uma escolha entre duas soluções extremas: 1) o trágico *status quo* no qual a guerra duraria para sempre, até esgotar Portugal; 2) «traição do passado», ou o abandono português dos territórios africanos. Uma «terceira via» era então proposta com algum detalhe. O futuro de Portugal seria salvo com uma nova «comunidade lusíada» na qual as províncias ultramarinas

estabeleceriam uma relação «de igual» com a metrópole. Nesta federação de «estados iguais» existiria um «pluralismo político» onde diferentes tipos de sistemas políticos floresceriam sob a cultura portuguesa, onde cada estado gozaria de autonomia. Para que isto fosse alcançado, o Brasil juntar-se-ia a Portugal na nova comunidade de estados lusófonos. Para além do plano de Caetano posterior a 1971 de descentralização da autoridade, de autonomia fiscal, de planeamento e de educação para as províncias africanas, o plano de Spínola propunha a autodeterminação através de um plebiscito ou de um referendo popular que questionaria os povos, após um não especificado tempo de preparação, sobre o seu desejo de permanecerem na federação lusitana ou de se separarem e se tornarem independentes.

Na proposta de institucionalização deste plano de Spínola está implícita a presunção de que em geral as massas africanas, após 13 anos de combates nas colónias, são na sua maioria pró-portuguesas, e que votarão «sim» e não se separarão em estados independentes. Se os referendos se realizassem, postulava de forma algo ingénua Spínola, o Ocidente, que agora virava as costas a Portugal, reconheceria uma nova legitimidade à autoridade portuguesa e apoiaria a federação lusitana. As guerras, a causa principal do dilema português, ou terminariam ou tornar-se-iam controláveis pelos recursos portugueses existentes. Além das finanças, os recursos com que Spínola estava preocupado incluíam efectivos militares para a guerra, um problema fatalmente ligado à origem do Movimento dos Capitães em 1973. Igualmente implícita na discussão de Spínola acerca dos aspectos da autonomia local africana no seio do plano da federação – um plano em parte posto em prática em zonas da Guiné antes de 1973 – é a ideia de que as leis não votadas livremente pelos africanos não serão legítimas nem aceitáveis.

As propostas idealistas mas algo vagas e conservadoras de Spínola incluíam então a visão de um «estado pluralista», com c. 25 milhões de habitantes, com «nações-membros» aderindo através de votações livres. Seria o plano de Spínola muito mais do que uma versão lusitana do plano de De Gaulle de 1958 para uma Comunidade Franco-Africana, que depois de dois anos seria o prelúdio natural à independência da maior parte da África Francesa? Entre os aspectos que não ficavam muito claros estaria a medida em que as propostas gerais de Spínola, que não entravam em consideração com as diferenças raciais, sociais e políticas na composição das diferentes colónias da Guiné, Angola e Moçambique, por exemplo, consideravam as divisões de poderes, e a forma como o poder seria dividido localmente sempre que estivessem envolvidos colonos portugueses.

Mas as propostas mais surpreendentes, no entanto, dizem respeito a Portugal, e é aqui que a natureza golpista da mensagem do livro, e o facto de que o



público poderia livremente lê-la e ponderá-la, é revolucionária. E essa mensagem está ligada à ideia de que os dirigentes militares mais graduados consideravam as guerras de África impossíveis de ganhar e requeriam soluções políticas e não militares. A principal tese de Spínola é a de que o sistema político precisa de ser democratizado. Sem democratização na Metrópole não poderá haver democratização no Ultramar, e vice-versa, diz. Citando precedentes da história colonial da «Geração de 1895», os temas de descentralização de Mouzinho, algo que sem dúvida não seria muito bem compreendido por alguns sectores do seu público, Spínola pedia uma enorme descentralização desde o topo até às bases da administração de Lisboa. De acordo com o seu plano, o governo central de Lisboa continuaria sem o gigantesco Ministério do Ultramar – o principal obstáculo a tantas das suas reformas e dos seus planos para a Guiné –, mas manteria o controlo em Portugal e em África apenas em certos sectores: negócios estrangeiros, defesa e finanças. A nova estrutura governamental desejada por Spínola reduzia claramente a importância do Executivo, abolia o Ministério do Ultramar, procurava uma grande infusão de poder e controlo numa (Super) Presidência (a Presidência do Conselho de Ministros não é referida), com um aparelho judiciário e umas Forças Armadas «independentes», como garantes políticos nos assuntos internos e ultramarinos e na criação da federação ou comunidade lusítada.

O livro de Spínola desafiava em definitivo o grande pressuposto da política ultramarina do governo de Caetano, de que Lisboa «estava a ganhar» em Angola e em Moçambique e que poderia inverter o sentido de derrota iminente na Guiné. Se se exceptuarem alguns detalhes do plano para o Ultramar, pouco haveria de novo no livro acerca do problema das guerras africanas, pois na sua maior parte consistia numa colecção revista das ideias defendidas por Spínola, sob diversas formas, desde 1969-70. As propostas de democratização de Portugal, contudo, a par da proposta de um plano para acabar com as guerras ultramarinas, eram novas e estavam directamente ligadas a uma luta em curso entre a burocracia de Lisboa e os comandos militares em África, entre diferentes visões do Portugal ultramarino, etc.<sup>25</sup>.

No contexto do declínio do regime do Estado Novo, o facto de este livro-bomba ter sido publicado, esgotado na sua venda ao público, e não ter sido proibido ou retirado do mercado, demonstrava que alguns anos antes uma revolução silenciosa havia começado. Mesmo um general de menor estatura do que Spínola, em circunstâncias normais, poderia ter problemas por uma acção semelhante. Mesmo algumas das declarações de *Portugal e o Futuro* uma vez no domínio público teriam resultado em detenções pela PIDE/DGS (Policia de Informação e Defesa do Estado/Direcção Geral de Segurança) e em prisões. Uma nova legislação sob Caetano havia alargado a liberdade de publicação, apesar de

a censura aos jornais continuar, e a publicação de livros ter pertencido sempre a uma área especial da censura. Dado que o público estava acostumado a um sistema mais aberto e a uma literatura mais crítica do que antes de 1968, a altura de desferimento do golpe literário de Spínola foi oportuna. Enquanto os livros críticos à actuação do regime no plano interno e no plano ultramarino eram banidos após a publicação e retirados do mercado, os manuscritos circulavam sem grandes sobressaltos e havia uma espécie de negócio entre gavetas. Uma grande variedade de literatura marxista-leninista começou a aparecer nas livrarias em Lisboa e um pouco por todo o lado, a partir de 1968, incluindo clássicos de Marx, Lenine, Che, Castro e Mao. A não ser que abordassem assuntos portugueses, estes livros eram permitidos e daí a grande quantidade de munição ideológica disponível em Portugal e na África Portuguesa muito antes do 25 de Abril de 1974<sup>26</sup>.

O destino do «livro dos livros» de Spínola após o 25 de Abril de 1974 não será aqui de grande interesse, mas vale a pena notar que o livro teve traduções espanhola, francesa, alemã e inglesa. Enquanto o general Spínola era presidente do I Governo Provisório, a sua estrela literária brilhou nos pequenos céus dos editores. Uma obscura tradução inglesa apareceu em Joanesburgo, na África do Sul. Uma edição mais académica, com introdução, e uma tradução para inglês, foi ponderada nos Estados Unidos, e a prestigiada Harvard University Press, Cambridge (Massachusetts), considerou rapidamente a hipótese de fazer uma edição especial de *Portugal e o Futuro* no Verão de 1974, mas abandonou o projecto após a demissão de Spínola em finais de Setembro<sup>27</sup>.

Poder-se-ia sugerir igualmente que a publicação do livro de Spínola e o impacte sobre o público português foi um catalisador de acontecimentos políticos que constituíram um prólogo ao golpe de 25 de Abril de 1974. O confronto de Caetano com Costa Gomes e com Spínola após o presidente do Conselho ter lido o livro iniciou um processo de consultas políticas com dirigentes civis e militares que conduziram directamente à demissão dos dois oficiais dos seus postos, uma atitude que secções do Movimento dos Capitães metamorfoseados no Movimento das Forças Armadas consideraram um acto de guerra. Esta teria sido uma das causas da denominada «parada militar não-autorizada» de 16 de Março de 1974 nas Caldas da Rainha, um ensaio geral do 25 de Abril de 1974.

Não muito tempo depois de Spínola abandonar o seu cargo em Portugal, o presidente do Conselho deposto Marcelo Caetano, em exílio no Brasil, publicava um livro no Rio de Janeiro. Houve dificuldade em arranjar uma edição portuguesa impressa em Lisboa; de acordo com um relato, as gráficas do PCP (Partido Comunista Português) dentro ou à volta de Lisboa recusaram-se a imprimir *Depoimento* em 1974-75, acusando o seu autor de «propaganda fascista»<sup>28</sup>. De qualquer forma, a edição original brasileira foi vendida em Portugal, após a sua

publicação, e, quaisquer que tenham sido os atrasos temporários provocados por uma «acção de classe» dos tipógrafos em Lisboa, *Depoimento* foi mais tarde também publicado em Portugal e manteve-se à venda.

*Depoimento* é um pouco mais longo do que *Portugal e o Futuro*, com 248 páginas. É ao mesmo tempo uma cuidada análise dos assuntos portugueses, internos e externos, e um diário da acção de Caetano entre Setembro de 1968 e Abril de 1974, uma *apologia pro vita politica*. Uma coisa que deve desde já ser dita é que *Depoimento* foi escrito e composto muito rapidamente, sem a maior parte dos papéis e livros do ex-presidente do Conselho, e sem documentos do governo. Foi começado no Funchal, no dia em que chegou exilado de Lisboa, e foi completado dois meses depois, sem que, como sugeria, tivesse alguma vez parado o projecto. É um trabalho muito pessoal e mesmo a breve bibliografia contém apenas os livros de Caetano, alguns artigos e discursos, publicados desde Setembro de 1968.

O tom defensivo e auto-explicativo do autor e a enfâse na sua acção nos anos de 1968-73 dominam *Depoimento*<sup>29</sup>. Quase metade do livro é ocupada por um breve relato da história das actividades ultramarinas e das políticas internas do seu Governo até meados de 1973, tal como Caetano as viu. É dado algum espaço à economia, à sociedade, à educação e às forças armadas. O último capítulo, VII: *A Crise* (pp. 189-204), é um relato do último ano da ditadura. Iniciando com uma análise crítica das provocadoras opiniões e atitudes de Spínola acerca da posição de Portugal na Guiné e no Ultramar, não fornece uma narração detalhada do período entre Julho de 1973 e Abril de 1974, e das três memórias aqui estudadas, a de Caetano é a menos pormenorizada; além de excertos dos seus principais discursos sobre a crise, em Fevereiro e Março de 1974, a sua documentação é muito parca.

Embora a análise do ex-presidente do Conselho dos seus últimos meses no governo não seja de maneira nenhuma uma explicação completa dos antecedentes imediatos do golpe, continua uma fonte indispensável sobre a mentalidade de Caetano, a sua lógica política, e as suas opiniões sobre o espectro político e várias personalidades centrais. A sua validade actual, apesar da brevidade, falta de documentação e fraco epílogo, é em parte demonstrada pelo facto de ser uma fonte primária muito citada na recentemente publicada introdução de José Freire Antunes à correspondência entre Salazar e Caetano<sup>30</sup>; para Antunes, que acabou por escrever o que de mais próximo temos de uma biografia política de Caetano<sup>31</sup>, conforme fica demonstrado pela sua relação durante mais de 40 anos com Salazar, a utilidade de *Depoimento* para a História sobreviveu longamente ao seu autor.

Tal como a impressão dada pelos dois livros de memórias antagonistas de

Saraiva de Carvalho e Spínola três e quatro anos mais tarde, *Depoimento* sugere em mais do que uma passagem que Spínola era um oponente de Caetano, não só em questões africanas, como em algumas questões internas. O breve namoro de Spínola com a candidatura às iminentes «eleições» para a Presidência da República em 1972 faz supor que a posição do velho Almirante Thomaz, apesar da sua «reeleição» em 1972 para um novo mandato de sete anos, se encontrava muito enfraquecida. Numa curiosa passagem, Caetano revela como ele próprio, e não Thomaz, se tornara em 1972 n'«O Estado»; Caetano conta como alguns membros do seu círculo mais íntimo se opuseram à reeleição de Thomaz, como a «ala liberal» da ANP (Assembleia Nacional Portuguesa) propôs Spínola e não chegou a lado nenhum e como o confiante presidente do Conselho reforçou o seu poder quando pediu (e Thomaz concedeu) uma carta formal de intenções para a sua «candidatura» à Presidência, algo nunca feito até então<sup>32</sup>. As memórias de Caetano, tais como as de Saraiva de Carvalho e as de Spínola, demonstram que Caetano era o alvo «inimigo» de várias facções dos oficiais revoltosos e que, embora Thomaz tivesse uma influência negativa sobre Caetano, a sua autoridade era ténue. Quando se chegou ao golpe de 25 de Abril de 1974, Thomaz encontrava-se não só marginalizado, como quase ignorado como factor de preocupação para os autores do golpe.

Poder-se-á colocar um interessante *e se...?* após a leitura das memórias de Caetano, Saraiva de Carvalho e Spínola e do pronunciamento literário pessoal de Spínola, *Portugal e o Futuro*.

*E se* Spínola tivesse conseguido o apoio necessário da ANP para ganhar a candidatura do regime para a Presidência da República em 1972 e tivesse então tentado implementar os seus programas políticos e ultramarinos? Segundo a Constituição, o presidente do Conselho submetia-se à vontade do presidente da República e podia ser por ele demitido. Nos planos de Spínola, requeria-se uma «super-presidência» que comandaria as forças armadas e governaria o país, uma espécie de presidência luso-americana, que enfrentaria as questões internas e procuraria uma solução política para as guerras africanas. Com o apoio dos empresários, académicos e funcionários públicos mais progressistas, poderia Spínola ter gerido uma calma revolução entre 1972 e 1974 que daria mais tempo de definição à denominada solução federal para o problema ultramarino?

As memórias de António de Spínola relativas aos anos de 1968 até Setembro de 1974, quando, sob grandes pressões, se demitiu da presidência do I Governo Provisório, diferem de forma significativa do *Depoimento* de Caetano. Enquanto o seu tom defensivo se assemelha ao livro do seu «antigo chefe», o autor teve mais tempo para explorar um profundo poço de amargura e de desilusão com o rumo que as coisas levaram. O livro de Spínola *País sem Rumo*.

*Contributo para a História de uma Revolução* (Lisboa, 1978) foi publicado depois de *Alvorada de Abril* de Saraiva de Carvalho. Ao contrário do que aconteceu com Caetano, Spínola teve tempo de juntar documentação dos seus arquivos e de outras fontes para reforçar os seus argumentos; o seu livro tem um apêndice com o texto de 23 documentos, incluindo reproduções de alguns deles, acerca de acontecimentos que tiveram lugar entre a Primavera de 1973 e o Outubro de 1974. Além disso, Spínola beneficiou do facto de ter lido as memórias de Caetano e de Saraiva de Carvalho antes de redigir a sua resposta. Mais do que um relato de quase seis anos, como a obra de Caetano, o livro de Spínola analisa com algum detalhe apenas o período que vai de Outubro de 1972 até ao fim de Outubro de 1974.

Há algum material com interesse quando Spínola descreve os acontecimentos que conduziram ao golpe de 25 de Abril de 1974, mas a parte mais útil para a reconstrução do que realmente aconteceu é a análise do seu papel nos acontecimentos entre 1 de Maio e o final de Setembro de 1974, quando detinha uma posição política central no governo, no meio de um processo revolucionário em curso, que se seguia a um golpe militar que Spínola simbolizava, mas que não iniciara nem controlava. A principal tarefa do general nestas memórias parecia ser a justificação do seu papel nos acontecimentos de 1974 e explicar como e porquê o seu plano e visão de uma federação lusitana entre Portugal, o Brasil e o Império Português não deu quaisquer frutos.

Uma tese defendida cedo no livro é a de que *o Caetanato do Estado Novo* se «autodestruíu» e é óbvio que o autor expressa poucos amores para com o dr. Caetano. Se isto é verdade, e se os principais opositores de Spínola nas fileiras dos oficiais das forças armadas e n'«O Estado» e nas suas classes e grupos de interesses apoiantes eram profundamente conservadores e de direita, por que razão evocará o general o nome de Salazar no início do seu livro e afirme que a sua autoridade, missão e legitimidade no projecto da Guiné eram sancionadas pelo velho Ditador? Seria isto um pessoalismo político cuja intenção era enfurecer Caetano, que sem dúvida leria *Pais sem Rumo* no seu exílio no Brasil? Seria uma competição interna ao regime? Qualquer que seja a verdade, a cena que Spínola recorda acerca da sua rara entrevista com Salazar<sup>33</sup> antes da sua partida para a «missão impossível» à Guiné é um estranho começo para um intrigante livro.

O quarto livro clássico no centro da literatura sobre o golpe de militar de 25 de Abril de 1974 são as memórias de Otelio Saraiva de Carvalho sobre a sua vida militar e a história das curiosas vicissitudes da conspiração do golpe até ao dia 26 de Abril de 1974, o seguinte ao bem sucedido golpe. Como fonte primária para a reconstrução da história do Movimento dos Capitães e do Movimento das Forças Armadas, para as personalidades dos dirigentes e seguidores, para uma dura

crítica das acções de Spínola na Guiné e em Portugal, *Alvorada em Abril* é um trabalho essencial.

Como fonte para a história social e cultural portuguesa contemporânea é igualmente único no seu retrato detalhado das ideias e experiências dos jovens oficiais, das opiniões e mentalidades de uma geração mais jovem. Otelo, o profissional actor *manqué*, tem um olho natural para reconstruções dramáticas durante a conspiração e a escrita do seu livro socorre-se de uma colorida e por vezes sensual linguagem, de humor e de um rico calão contemporâneo. A forma de escrita de Otelo contrasta completamente com a do livro de Spínola, mais formal, mais antiquado, e com o estilo académico-legalista de Caetano. *Alvorada em Abril* não se destina ao leitor precipitado e timorato: contém 486 páginas de texto e um apêndice de 31 documentos, incluindo reproduções, que ocupam 150 outras páginas.

A obra clássica de Saraiva de Carvalho é invulgar noutro aspecto. Em toda a literatura de golpismo na Península Ibérica desde 1812, pelo menos em Portugal, devem ser as memórias mais detalhadas, cândidas e honestas a ser utilizadas como fonte histórica. Haverá algo parecido na literatura espanhola de *pronunciamientos*?

### 3. *Adenda e uma conclusão.*

Tavez devesse ser acrescentado a esta lista um nono tipo de literatura, ainda não citado. Tem a ver com a literatura académica: são as análises sob a forma de relatórios e artigos de governos estrangeiros e do Estado Novo acerca da situação e possibilidade de um golpe militar nos primeiros quatro meses de 1974. O autor conhece apenas alguns relatórios de especialistas americanos em assuntos portugueses e da África Lusófona, contratados pela External Research Section do Bureau of Intelligence and Research do Departamento de Estado em Washington para a preparação e discussão de artigos numa conferência a realizar-se em meados de Abril de 1974.

A minha própria experiência com este tipo de exercício sugere que enquanto os «especialistas» não residentes nessa altura em Portugal sentiam que «alguma coisa» se estava a preparar, o eclodir dessa coisa era difícil de «predizer» («estimar» será uma palavra mais apropriada), o quando, o como e o em que direcção uma acção do Exército poderia ser desencadeada em Portugal. No entanto, o autor enviava ao Departamento de Estado após 27 de Março de 1974, recebido em 6 de Abril, um relatório em que escrevia que os golpes militares em Portugal poderiam ir para a esquerda da mesma forma que podiam ir para a

direita, apesar das tendências mundiais da altura. Como escrevi no artigo, provocadoramente intitulado «Portugal, África e o Futuro» [situação em Portugal até aos finais de Março de 1974, *após* o incidente das Caldas da Rainha]: «Em resumo, elementos nos comandos das Forças Armadas podem cada vez mais entrever que estão a ser usados de formas que influenciarão adversamente a opinião nacional acerca da posição futura dos militares na sociedade. Um Exército acusado de ‘derrota’ em África é um Exército potencialmente perigoso em casa.

«Se o descontentamento no seio do Exército – e este é o ramo em que parece ser mais grave – cai fora de controlo e o militarismo e o pretorianismo renascem em Portugal, as causas não se encontrarão somente em África, nas custosas guerras de Portugal e no exemplo ‘infeccioso’ da crescente importância dos exércitos africanos na política. O militarismo na política portuguesa tem raízes fundas. Desde 1808 que Portugal está repleto de militares a intervir na vida política. Tais tradições, que durante a Primeira República, 1910-26, se tornaram uma desgraça nacional, mesmo após meio século de Estado Novo poderão estar adormecidas, mas não morreram. As ditaduras, tais como as democracias, podem ser derrubadas por movimentos militares. Isto já aconteceu em Portugal no século XIX e em 1910, quando a maior parte das Forças Armadas simplesmente se recusou defender o monarca desacreditado.

«Como o autor notou há quatro anos [a nota 7 faz referência ao meu artigo em *Foreign Affairs* (Julho 1970), «Thaw in Portugal»], o Presidente do Conselho Salazar disse em 1962 que o ‘Exército Português é o último quadrado que nas crises mais graves defende o destino e a consciência da Nação’. Com a recente e corajosa acção do general mais famoso português [Spínola], o Exército alberga agora uma consciência dividida e uma honra ferida...»<sup>34</sup>.

Oficialmente, a cópia original do artigo do autor é então parte dos arquivos do INR do Departamento de Estado do Governo americano (embora alguns anos depois quando perguntei a alguns funcionários se o podiam encontrar me tenham respondido que «tinha desaparecido»), bem como uma parte considerável dos aspectos da análise estrangeira da literatura do golpe de 25 de Abril de 1974. Oficialmente Washington foi «surpreendido» pelo golpe de 25 de Abril de 1974, mas com a informação anterior disponível não deveria ter ficado surpreendido como ficou. Uma investigação posterior do Congresso acerca das razões pelas quais os serviços informativos do governo «falharam» no Portugal de 1974, bem como na estimativa dos desenvolvimentos em Chipre, no Vietname e em outros conflitos externos, mostrou que os funcionários encarregues desses relatórios possuíam apenas uma vaga ideia das subtilezas dos assuntos portugueses e admitiam ter sido «surpreendidos» pelo 25 de Abril de 1974<sup>35</sup>.

#### 4. *Conclusões.*

Se o rápido e pacífico êxito do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 foi uma «surpresa» para muitos observadores estrangeiros e para alguns membros da hierarquia do Estado Novo, não constituiu uma surpresa tão grande para outros portugueses.

Uma análise da literatura e dos quatro clássicos centrais acerca dos acontecimentos sugere que enquanto os pormenores dos acontecimentos (a operação militar) eram inesperados, até o presidente do Conselho Caetano sabia que um golpe estava para vir. Com a maior parte dos oficiais no conhecimento de mais do que as linhas gerais da conspiração, duzentos a trezentos oficiais, sendo uma estimativa por baixo (quando um entrevistador calculou «200», o «capitão de Abril» Vasco Lourenço respondeu, «talvez mais» com uma certa modéstia!<sup>36</sup>), seria difícil manter quer o secretismo quer a surpresa total.

É, portanto, a altura ideal para questionarmos o que se tornou senso comum acerca do golpe de estado de 25 de Abril de 1974. Considerando a literatura que documenta os aspectos autodestrutivos do regime de Caetano, de uma revolução silenciosa que começou anos antes de 1974, a questão da «surpresa» é colocada a uma luz diferente. A conclusão, de outra forma bastante lúcida, do Professor Cervelló necessita então de uma reavaliação: a ideia de que o golpe foi bem sucedido e não teve derramamento de sangue por causa de «unidade no comando, concentração de forças e surpresa»<sup>37</sup>. Se este artigo colocou num lugar central as memórias de um «capitão de Abril», Otelio Saraiva de Carvalho, há igualmente provas de que deveria ser dada mais atenção a futuros estudos sobre os papéis de outros capitães, incluindo o capitão Vasco Lourenço, «o motor por trás de todo o movimento»<sup>38</sup>, como é descrito por mais do que um dos seus colegas do MFA anos mais tarde. E, tal como a literatura o indicia, não um mas pelo menos dois golpes estariam a ser planeados.

A maior parte da literatura estudada é composta por memórias pessoais e diários, ensaios jornalísticos e entrevistas, e por análises académicas. Será importante recordar que os historiadores podem estudar a grande quantidade de material compilado nos últimos anos no arquivo do Centro de Documentação 25 de Abril na Universidade de Coimbra, que constituiu, por isso, uma infra-estrutura de valor incalculável<sup>39</sup>. O autor espera que investigadores vindouros utilizem essas fontes de forma a colmatar a falha que aparece nesta invulgar literatura: as biografias dos principais participantes. Depois da comemoração do vigésimo aniversário dos acontecimentos que atearam a «Revolução dos Cravos», os historiadores nem deveriam precisar de lembrar os candidatos a biógrafos que a possibilidade de se falar hoje com os seus objectos e de os entrevistar lhes dá



uma grande vantagem enquanto biógrafos. Além disso, os historiadores deveriam colar papelinhos nos seus computadores pessoais com o imperativo: «Façam-no!», porque todos sabemos que *tempus fugit!*

Há uma literatura substancial sobre este assunto. Os estudantes actuais possuem mais factos sobre o golpe do 25 de Abril de 1974 do que sobre qualquer outro golpe bem sucedido na história portuguesa, mas será que possuímos toda a verdade?

- 1 Em relação à documentação histórica e à análise do 5 de Outubro de 1910, quando a monarquia dos Bragança foi derrubada pelas primeiras forças republicanas, o estudo académico mais exaustivo é ainda Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo: A Revolução de 1910*, Lisboa, 1974; uma breve análise de Douglas L. Wheeler, «The Portuguese Revolution of 1910», in *Journal of Modern History*, Chicago, IL, June 1972, vol. 44, n.º 2, pp. 172-94. Uma análise e um documento importante dos anos 60, que em grande medida ajudou este autor no estudo dos acontecimentos de 1910 é Jacinto Baptista, *O Cinco de Outubro*, Lisboa, 1965. Entre os raros relatos contemporâneos feitos por um dos poucos oficiais que lutou desde o início pelo estabelecimento da República em 3 a 5 de Outubro de 1910, existem as memórias de Machado Santos, *A Revolução Portuguesa. Um Relatório*, Lisbon, 1911, e as memórias de um oficial que não estava em Portugal na altura e que criticou o 5 de Outubro de 1910, o Marechal Manuel Gomes da Costa, *Memórias*, Lisboa, 1930. Há bastantes relatos interessantes de escritores e jornalistas espanhóis, incluindo José Brissa, *La Revolución Portuguesa*, Barcelona, 1911, e Augusto Vivero e António de la Villa, *Como Caer un Trono*, Madrid, 1910; a análise de Celestino Steffanina, *Subsídios para a História da Revolução de Outubro de 1910*, Lisboa, 1913; Hermano Neves, *Como Triunfou a República*, Lisboa, 1910, e vários políticos monárquicos, incluindo João Franco e Teixeira de Sousa, escreveram artigos e/ou memórias que incluíam uma discussão do golpe de 1910. Há ainda a bastante farrucosa versão do historiador espanhol Jesus Pabón, *A Revolução Portuguesa*, trad. de Manuel Emídio e Ricardo Tavares, Lisboa, 1961. Para um estudo futuro mais completo dos antecedentes de 1910 e dos dias 3 a 5 de Outubro de 1910, a imprensa da altura de Lisboa e da província continua a ter a melhor matéria-prima para a reconstrução dos acontecimentos. Entre os jornais mais úteis estão *O Século*, *Diário de Notícias* e *O Primeiro de Janeiro* (do Porto), onde se percebe que o bem sucedido ainda que sangrento golpe deve ser interpretado no contexto de greves rurais generalizadas na região de Lisboa e no Sul; a agitação operária e camponesa foi um prelúdio à insurreição militar. Ver também João Medina, *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1985, vol. I, p. 33, vol. II: *Primeira República*, pp. 179-83.
- 2 Entre as abordagens modernas do 28 de Maio de 1926. Há muitas mais análises académicas do golpe de 28 de Maio de 1926, incluindo Arnaldo Madureira, *O 28 de Maio. Elementos para a sua compreensão*, 2 vols., Lisboa, 1982; António José Telo, *Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, 1980, *vide* em especial pp. 157-200. Há uma certa quantidade de trabalhos académicos portugueses sobre este acontecimento que têm vindo a ser publicados desde 1970 e há o capítulo que escrevi: «The Twenty-Eighth of May» no meu livro *Republican Portugal. A Political History (1910-1926)*, Madison, EWI, 1978, pp. 234-52, bem como um tratamento mais longo e completo num artigo a uma conferência, «Situation Obscure...», apresentado na conferência de Outubro de 1973 do Conference Group on Modern Portugal Workshop, Durham, NH; César Oliveira, *A Preparação do 28 de Maio*, Lisboa, 1980; documentação material, incluindo entrevistas dos participantes na

- Revolução de 1910 em Carlos Ferrão, ed., *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*, prefácio e notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1978, pode ser comparado com o material sobre a conspiração do golpe de 28 de Maio em Oscar Paxeco, ed., *Os Que Arrancaram em 28 de Maio*, Lisboa, 1937; Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1985; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1992, ver em especial o capítulo V, etc.; Fernando Pereira Marques, «Do Exército Providencial ao Exército Salazarista», in *O Fascismo em Portugal, Actas do Colóquio da Faculdade de Letras, Março 1980*, Lisboa, 1982; João Medina, ed., *História Contemporânea de Portugal, II: Primeira República*, Lisboa, 1985, António José Telo, «A República e o Exército», pp. 189-94. O alterado estado mental e físico do Exército em 1925 é também tratado por um oficial contemporâneo cujo irmão mais tarde tentou derrubar Salazar, num golpe em Abril de 1961: Jorge Botelho Moniz, *18 de Abril*, Lisboa, 1925, citado em epígrafe.
- 3 O historiador Telo sugere que a conspiração de 28 de Maio de 1926 não era secreta (*Decadência e Queda da I República Portuguesa*, vol. 2, Lisboa, 1980, p. 180): «O 28 de Maio não foi um golpe preparado com todas as regras da clandestinidade e desencadeado de surpresa. Pelo contrário. Já muito antes do golpe, inúmeros jornais e revistas anunciavam a sua próxima eclosão e davam notícias sobre as peripécias da conspiração em curso, quase com a mesma técnica publicitária de quem prepara a abertura de uma nova cadeia de lojas».
  - 4 Cfr. Mário Soares, *Portugal: Que Revolução? Diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, 2.<sup>a</sup> ed., 1976, pp. 19-22, onde Soares sugere que depois de ter percebido os desenvolvimentos iminentes devido aos pronunciamentos dos Capitães, à personalidade de Spínola, ao papel de Costa Gomes e à «conspiração em marcha», que Caetano estava «perdido» e que em 24 de Abril de 1974 a «Revolução estava a chegar...». Antes dos incidentes das Caldas da Rainha, através de contactos militares e civis em Portugal e em Espanha, Soares estava ao corrente «da situação no interior do Exército». Enviara a Spínola, na Guiné, uma cópia do seu livro *Portugal Amordaçado*, e Spínola lera-o e mandara um comentário através de um contacto familiar. Os contactos de Soares com o presidente do Senegal Senghor, com vista a um encontro entre Senghor e Spínola, chegaram a estabelecer-se, mas a ideia do encontro Senghor-Spínola não se materializou. Soares via Spínola (com quem teve contactos entre 1972 e 1973) como o «líder militar que poderia conduzir um movimento contra Caetano» (p. 21). O livro de Soares, originalmente publicado em francês em 1972, deveria então ser considerado como parte da literatura dos antecedentes do 25 de Abril.
  - 5 Cfr. J. Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*, Coimbra, 1977. Como Silva Cunha escreveu de forma a explicar como e porquê o golpe do MFA resultou quase sem derramamento de sangue (apesar de ele próprio e de outros terem sido apanhados de «surpresa»), havia razões para isso, incluindo a desorientação da opinião pública, a propaganda subversiva, a cumplicidade de membros do regime, a atitude de alguns dirigentes militares (Spínola, Costa Gomes e outros), e a incapacidade do poder em reagir eficazmente. «Para começar, entre o 16 de Março e o 25 de Abril faltou completamente a informação sobre o que se preparava» (p. 357). Na noite de 24 para 25 de Abril o director da DGS, o Major Silva Pais, assegurava a Silva Cunha: «Pode dormir descansado, Sr. Ministro!» (as últimas palavras?).
  - 6 Entre as memórias que devem ser nomeadas: Otelo Saraiva de Carvalho, *Akorada em Abril*, Lisboa, 1977; António de Spínola, *Páis sem Rumo*, Lisboa, 1978; embora tenha aspectos de uma análise objectiva é igualmente uma espécie de livro de memórias: Dinis de Almeida, *Origens e Evolução do Movimento de Capitães*; Lisboa, 1977; J. Silva Cunha, *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*, Lisboa, 1977; Luís Ataíde Banazol, *A Origem do Movimento das Forças Armadas*; id., *Os Capitães*, Lisboa, 1975; Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974; Mário Soares, *Portugal Bailloné*, Paris, 1972; (Lisboa, 1974: *Portugal Amordaçado*); Manuel Barão da Cunha,

- Radiografia Militar*, Lisboa, 1975; Jacinto Baptista, *Caminhos para uma Revolução. Sobre o Fascismo e a Sua Queda*, Lisboa, 1975; Vasco Lourenço, *No Regresso Vinham Todos*, Lisboa, 1974.
- 7 António de Spínola, *Portugal e o Futuro*, Lisboa, 1974; a juntar a esta categoria deveriam vir os anteriores livros do general publicados durante as suas missões e serviço na Guiné, entre 1968 e 1973, que incluem discursos, e declarações com várias propostas, políticas ou planos de acção para África: *No Caminho do Futuro*, Lisboa, 1972, etc.
- 8 Entre as biografias a considerar: Eduardo Miragaia, Joaquim Vieira, Manuel Vieira, *Ramiro Correia. Soldado de Abril*, Lisboa, 1987; entre outras biografias há as relativas a Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho e outros dirigentes do MFA, incluindo Melo Antunes.
- 9 As contribuições dos jornalistas para a história do golpe abundam, mas são desiguais em termos de qualidade. Entre elas estão: Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso, *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, 1974; Alexandre Pais e Ribeiro da Silva, *Capitães de Abril*, Lisboa, 1975; Viana de Lemos, *Duas Crises*, Lisboa, 1977; Charles Foubert, *Portugal 1974-75: Les années de l'espoir*, Paris, 1976; Orlando Gonçalves, *Últimos Dias do Fascismo*, Lisboa, 1974; The [London Times] Insight Team, *The Year of The Captains*, Londres, 1975; J. Kuntz, *Les Fusils et les urnes*, Paris, 1975; Afonso Praça, *25 de Abril*, Lisboa, 1974; Márcio Alves, *Les soldats socialistes du Portugal*, Paris, 1975; Pierre Audibert e Daniel Brignon, *Portugal. Les nouveaux centurions*, Paris, 1974; P. Naville, *Pouvoir militaire et socialisme au Portugal*, Paris, 1975. Ver igualmente entrevistas a membros do MFA em jornais como o *Expresso*, *Diário de Notícias*, etc., começando em Abril e Maio de 1974 e continuando.
- 10 Coleções e antologias de documentos, entrevistas, cartas, declarações, artigos e tributos incluem: Henrique Barrilaro Ruas, ed., *A Revolução das Flores*, Lisboa, 1975; João Medina, ed., *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, 1985, vários volumes contêm material sobre os antecedentes do 25 de Abril, ver vol. II e outros; João de Melo, ed., *Os Anos da Guerra. 1961-1975. Os Portugueses em África. Crónica, Ficção e História*, Lisboa, 1988, 2 vols. (ver em especial vol. II, artigo de Joaquim Vieira, «Forças Armadas: Apocalipse Não», pp. 157-76); Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution: ten years on*, Cambridge, UK, 1984; muitas das memórias, biografias e análises jornalísticas contêm documentos para a história dos Capitães e do MFA. Ver também D. Quixote, *O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira*, Lisboa, 1974, para 15 artigos de escritores estrangeiros, traduzidos para português. E ainda Joaquim Veríssimo Serrão, *Marcello Caetano. Confidências no Exílio*, 7.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, 1985; José Freire Antunes, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, 2 vols., Lisboa, 1985; Orlando Neves, ed., *Textos Históricos da Revolução*, Lisboa, 1975, contêm documentos, incluindo os primeiro e segundo Manifestos dos Capitães, e «Confirmação de início das operações militares [do MFA]», em «Golpe». Costa Gomes, *Costa Gomes. Diálogos com Alexandre Manuel*, Lisboa, 1979.
- 11 São numerosos os artigos e os livros académicos e também variam na qualidade. Uma selecção: Thomas C. Bruneau, «The Portuguese Coup. Causes and Probable Consequences», in *The World Today*, vol. 30, n.º 7, July 1974; Michael Harsgor, *Portugal in Revolution*, The Washington Papers, n.º 32, Sage, London, Beverly Hills, 1976; António de Figueiredo, *Portugal. Fifty Years of Dictatorship*, London, NY, 1975; Neil Bruce, *Portugal. The Last Empire*, London, Vancouver, 1975; Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1984; Douglas Wheeler, «Days of Wine and Carnations: The Portuguese Revolution of 1974», in *Bulletin of the New Hampshire Council on World Affairs*, Durham NH, July 1975, pp. 1-10; José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, 1992; Douglas Porch, *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*, London, Stanford, 1977; George W. Grayson, «Portugal and the Armed Forces Movement», in *Orbis*, vol. XIX, n.º 2, Summer, 1975, pp. 335-78; Josep Sanchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, 1993; Lawrence S. Graham e Harry M. Makler, eds., *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents*, Austin, Texas, 1979 (neste livro, o capítulo de Graham «The Military in Politics: The

Politicization of the Portuguese Armed Forces», pp. 221-56 e Douglas L. Wheeler, «The Honor of the Army»); Lawrence S. Graham, *Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order*, London, Beverly Hills, 1975 e *The Portuguese Military and the State. Rethinking Transitions in Europe and Latin America*, Boulder, Colorado, 1993; Gerald J. Bender, «Portugal and Her Colonies Join the Twentieth Century: Causes and Initial Implications of the Military Coup», in *Ufahamu*, UCLA, Los Angeles, Califórnia, vol. 4, n.º 3, Winter, 1974; Philippe C. Schmitter, «Liberation by Golpe: Retrospective Thoughts on the Demise of Authoritarian Rule in Portugal», in *Armed Forces and Society*, vol. 2, n.º 1, Fall, 1975, pp. 5-33; Kenneth Maxwell, «Portugal: a Neat Revolution», in *The New York Review of Books*, June 13, 1974; Douglas L. Wheeler, «The Portuguese Army in Angola», in *Journal of Modern African Studies*, vol. 7, n.º 3, 1969, pp. 425-39 e «African Elements in Portugal's Armies in Africa (1961-1974)», in *Armed Forces and Society*, vol. 2, n.º 2, Winter, 1976, pp. 233-50; Mustafah Dhada, *Warriors at Work. How Guinea War Really Set Free*, Niwot, Colorado, 1993; Richard A. H. Robinson, *Contemporary Portugal. A History*, London, Boston, 1979, pp. 167-93 (o cap. 5, «Caetano and the Revolution of the Flowers», é uma das mais concisas, precisas e equilibradas análises das causas do golpe de 1974, mesmo 16 anos depois de ter sido escrita); Rona M. Fields, *The Portuguese Revolution and the Armed Forces Movement*, Nova Iorque, 1975, apesar da sua análise facciosa, tem material de entrevistas original; Jacques Frémontier, *Portugal: les points sur les i*, Paris, 1976; Tom Gallagher, *Portugal: A Twentieth Century Interpretation*, Manchester, Dover, 1983; Arnold Hottinger, «The Dam Breaks in Portugal», in *Swiss Review of World Affairs*, vol. 24, n.º 7, July 1974; Mário António Fernandes de Oliveira et. al., eds., *A Descolonização Portuguesa. Aproximação a um Estudo [Grupo de Pesquisa Sobre a Descolonização Portuguesa]*, Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979, ver em especial pp. 236-301; Adriano Moreira, *O Novíssimo Príncipe. Análise da Revolução*, Lisboa, 1977; Eduardo Lourenço, *Os Militares e o Poder*, Lisboa, 1975, em especial pp. 21-95; Anthony James Joes, «Portugal, the Army and the Revolution», in *From the Barrel of a Gun. Armies and Revolutions*, Washington DC, 1986, pp. 190-203; Jonathan Story, «Portugal's Revolution of Carnations: Patterns of Change and Continuity», in *International Affairs*, vol. 52, July 1976, pp. 417-34; António Rangel Bandeira, «The Portuguese Armed Forces Movement: Historical Antecedents, Demands and Class Conflict», in *Politics and Society*, vol. 6, 1976, pp. 1-57; Edward Luttwak, *Coup d'état: A Practical Handbook*, Cambridge, MA, 1979, ed.: não publicado mas uma fonte analítica académica, nos ficheiros do Departamento de Estado norte-americano, INR (Bureau of Intelligence and Research), Washington, DC, artigo de Douglas L. Wheeler, «Portugal, Africa and the Future», April 6, 1974, no qual o autor sugere que o emergente Movimento dos Capitães poderia mover-se para a Esquerda, embora a imagem tradicional dos militares da Ditadura fosse de Direita; Mário Matos e Lemos, *O 25 de Abril. Uma Síntese/Uma Perspectiva*, Lisbon, 1986; José Freire Antunes, *Nixon e Caetano. Promessas e Abandono*, Lisboa, 1992; ver também Maria Carrilho, «Democracy and the Armed Forces in Portugal: From Revolution to Routine», in R. Herr, ed., *The New Portugal. Democracy and Europe*, Berkeley, 1992, pp. 23-41.

- 12 Esta categoria de literatura sobrepõe-se à das memórias; poder-se-á dizer que cada obra, além de ser memória, é também uma resposta a memórias e respostas anteriores: Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, é não apenas uma resposta aos acontecimentos do 25 de Abril mas ao livro de Spínola *Portugal e o Futuro*, Lisboa, 1974; e, também de Caetano, *A Verdade sobre o 25 de Abril*, Rio de Janeiro, Lisboa, 1976, foi uma resposta calculada do exílio no Brasil; e o livro de Spínola, *País Sem Rumo. Contributo para a História de Uma Revolução*, Lisboa, 1978, foi uma resposta a Otelio Saraiva de Carvalho e ao seu *Cinco Meses que Mudaram Portugal*, Lisboa, 1975, e ao seu relato das origens e desenvolvimento do Movimento dos Capitães e do golpe do MFA: *Alvorada em Abril*, Lisboa, 1977; e muito no mesmo espírito, embora de uma perspectiva ideológica diversa, Sanches Osório, *O Equívoco do 25 de Abril*, Lisboa, 1975; e Luís Ataíde Banazol, *Os «Capitães-Generais» e os «Capitães-Políticos» (Reflexões e Objecções)*, Lisboa, 1976.

- 13 Enquanto vai faltando informação sobre dissertações de doutoramento e de mestrado, há já exemplos que podem ser citados: nem todas estas teses são precisamente sobre o Movimento dos Capitães ou o golpe do MFA de 1974, mas fornecem dados importantes sobre os seus antecedentes: Valentim Alexandre, *Os Sentidos do Império – Questão nacional e questão colonial na Crise do Antigo Regime Português*, 2 vols., Lisboa, dissertação de doutoramento na Universidade de Lisboa, 1988; Christianna E. Nichols, *The Internal and External Dimensions of the Portuguese Revolution*, dissertação de doutoramento, Political Sciences Department, Georgetown University, Washington DC, 1989; António M. C. Soares, *Portugal: the Military and the Demise of the «Estado Novo»*, dissertação de mestrado, Department of Political Science, University of Manitoba, Manitoba, Canada, 1986; Clyde Magarelli, *Crisis of Convergence: Military Professionalism and Working Class Struggle: Portuguese Case Study*, March 16, 1974–November 25, 1975, dissertação de doutoramento, Sociology, SUNY, Binghamton, NY, 1981.
- 14 Em Audições do Congresso mantidas perante o Subcomité para África do Comité de Negócios Estrangeiros, na Câmara dos Representantes, em 14 de Março de 1974, um alto funcionário do Departamento de Estado (E. Rabenold, Director, Office of Iberian Affairs, Bureau of European Affairs) testemunhava sobre o significado do livro de Spínola, sublinhando as teses e temas ultramarinos mas esquecendo-se do significado dos temas internos acerca da democratização, descentralização, regionalismo, etc. US House of Representatives, Committee on Foreign Affairs, «*The Complex of United States-Portuguese Relations: Before and After the Coup*», *Hearings Before The Subcommittee on Africa of the Committee on Foreign Affairs. House of Representatives. Ninety-Third Congress. Second Session. March 14; October 8, 9 and 22, 1974*, Washington DC, US Government Printing Office, 1974, pp. 7-8.
- 15 Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, p. 196. Caetano dizia que recebera uma cópia do livro em 18 de Fevereiro, mas não pudera lê-lo até à noite de 20 de Fevereiro, lendo-o-todo até de madrugada.
- 16 *Ibid.*, p. 197
- 17 Cfr. *Expresso* de 16 e 23 de Fevereiro de 1974. No número de 23 de Fevereiro publicava extensos excertos d'«o livro», então muito procurado nas livrarias. Como o livro era caro para a altura, muitos milhares de leitores que não poderiam comprá-lo ficaram assim a par do seu conteúdo.
- 18 Otelo Saraiva de Carvalho, *Akvorada em Abril*, Lisboa, 1977, pp. 214-18.
- 19 *Ibid.*, p. 215.
- 20 *Ibid.*, pp. 216-17.
- 21 *Ibid.*, p. 217.
- 22 *Ibid.*
- 23 Para a correspondência de Spínola com Caetano começada em 1969-70, cfr. António de Spínola, *Pais Sem Rumo*, Lisboa, 1978, ver extractos de cartas a Caetano seleccionadas, pp. 25-60, e uma carta ao ministro da Defesa Silva Cunha, em 1973; e também José Freire Antunes, *Cartas Particulares a Marcello Caetano*, Lisboa, 2 vols., 1985, vol. 1, pp. 148-58; para uma síntese das ideias, planos e acções de Spínola enquanto chefe português na Guiné, 1968-73, e as suas relações com o Presidente Senghor e com Amílcar Cabral, ver M. Dhada, *Warriors at Work*, Niwot, Colorado, 1993, pp. 37-53, e notas 160-195, pp. 247-56.
- 24 Excerto publicado no *Expresso*, 23 de Fevereiro, 1974.
- 25 Uma análise exaustiva do debate interno ao regime e da disputa acerca da política de desenvolvimento ultramarina pode ser encontrada em Lawrence S. Graham, *Portugal: The Decline and Collapse of an Authoritarian Order*, Beverly Hills, London, 1975; ver também Norman A. Bailey, «Government and Administration» e «The Political Process and Interest Groups», capítulos em David A. Abshire e Michael A. Samuëls, eds., *Portuguese Africa. A Handbook*, NY e Londres, 1969, pp. 133-64; ver também Douglas L. Wheeler e René Pélissier, *Angola*, Londres e NY, 1971. Ver

- ainda Lawrence S. Graham, *Portugal: The Bureacracy of Empire*, Austin, Texas, LADAC Occasional Papers, Series 2, n.º 9; Institute of Latin American Studies, University of Texas, 1973.
- 26 Observações pessoais do autor em livrarias de Lisboa, Verão 1969, Verão 1970, 1972-73, Abril 1974, não apenas na área do Chiado.
  - 27 Experiência pessoal do autor, contratado pelo editor Robert Rotberg, da Harvard University Press, para escrever um resumo do livro de Spínola, considerar a sua tradução para inglês e uma introdução. Verão de 1974; correspondência na posse do autor.
  - 28 Mikhael Harsgor, *Naissance d'un Nouveau Portugal*, Paris, Seuil, 1975, p. 230, entrada anotada para *Depoimento* de Caetano em «Petite bibliographie critique».
  - 29 Marcello Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1974; as últimas páginas da primeira edição dizem que foi também distribuído em Espanha.
  - 30 José Freire Antunes, *Salazar/Caetano. Cartas Secretas. 1932-1968*, Lisboa, 1993.
  - 31 Cfr. a introdução/prefácio histórico de 77 páginas intitulado «O Estadista e o Delfim: Um Destino, Dois Países», pp. 11-87, in Antunes, *op. cit.*
  - 32 Caetano, *Depoimento*, pp. 82-83.
  - 33 António de Spínola, *Pais Sem Rumo*, Lisboa, 1978, ver pp. 17-23, «Entrevista com Salazar». Spínola alega que ficou bastante surpreendido por ter sido nomeado Governador da Guiné, especialmente depois de ter escrito uma carta a Salazar em Abril de 1961 em que criticava a política interna em geral. Spínola faz um retrato completo da sua entrevista com Salazar em São Bento, antes da partida para África, e deixa no leitor a impressão de que o silêncio atento de Salazar que se seguiu às propostas políticas heterodoxas de Spínola para a Guiné significavam consentimento e concordância, mas outras interpretações podem ser tiradas da reacção de Salazar ao monólogo de Spínola.
  - 34 «Portugal, Africa and the Future», datado de 27 de Março de 1974, artigo na posse do autor, University of New Hampshire, Durham; foi enviado a External Research, INR (Bureau of Intelligence and Research), Department of State, Washington, DC, fim de Março de 1974, para uma conferência sobre Portugal e África a realizar-se em Abril de 1974 (depois adiada para Maio de 1974, após o golpe de Abril).
  - 35 O Congresso americano e os serviços secretos e informativos produziram vários volumes de audições com material sobre Portugal; ver Senador George McGovern, *Revolution Into Democracy: Portugal After the Coup*, US Senate, 1976.
  - 36 Citado numa entrevista com Vasco Lourenço, à volta de 1983, Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *Portugal's Revolution: Ten Years On*, Cambridge, UK, 1986.
  - 37 Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Lisboa, 1993, p. 181.
  - 38 Citado em entrevista com o capitão Marques Júnior, membro do MFA, à volta de 1983, Hugo Gil Ferreira e Michael W. Marshall, *op. cit.*, p. 106.
  - 39 O Centro de Documentação 25 de Abril publica periodicamente (várias vezes ao ano desde o fim dos anos 80) um *Boletim* de 35-50 páginas de bibliografia sobre a colecção de fontes (ver *Boletim*, n.º 12, de Fevereiro de 1993, enviado ao autor, pelo Director e Presidente).

[Tradução de Marta Benamor Duarte]